

Acta n.º 03
2009.11.18





URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO - LICENCIAMENTO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE UM EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO, DE UM ANEXO E DE MUROS DE VEDAÇÃO - Presente o processo n.º 2641/09, em que é requerente **José Manuel Teixeira Ribeiro**, residente em Boavista - Várzea, relativo ao licenciamento de obras de construção de um edifício de habitação unifamiliar, de um anexo e de muros de vedação, em Queira - Sendim, e cujo projecto de arquitectura foi aprovado por despacho de 30 de Março de 2009. -----

-----A Divisão de Planeamento Urbanístico emitiu em 27 de Outubro de 2009 o seguinte parecer: -----

-----"Arruamentos: As obras de infra-estruturas de arruamentos previstas em projecto de arranjos exteriores apresentado para o interior do terreno não oferecem qualquer inconveniente, no entanto aquando do pedido de licença de utilização deverá estar garantida a pavimentação da frente do terreno do requerente confrontante com a via pública pavimentada a cubos de granito de 2ª escolha 11x11cm assentes sobre almofada de areia ou pó de pico com 0,10m, fundação em "tout-venant" com 0,20m de espessura, não excedendo a inclinação transversal de 3%, contemplando valeta de águas pluviais e ligações às infra-estruturas já existentes.

Abastecimento de Água: O local é servido por rede pública de abastecimento de água. À data do pedido de emissão de licença de utilização o requerente deverá fazer prova de pagamento do ramal público de água e instalação de contador.

O requerente deverá requerer nos serviços de abastecimento água e saneamento da Câmara Municipal a ligação à rede pública de água nos termos do artigo n.º 82 do D.L. n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com a


Coutinho






nova redacção dada pela Lei n.º 60/2004 de 4 de Setembro. O nicho para contador de água deverá ser apropriado e deverá ficar localizado na face exterior do muro de vedação.

Águas Residuais Domésticas: O local não é servido por rede pública de saneamento. Será de aceitar a solução proposta para o tratamento das águas residuais no entanto a rede predial de drenagem de águas residuais deve ser encaminhada, em termos de cota, nos termos do artigo 205 do D.R. n.º 23/95 de 23/08, e dirigida para caixa interceptora a ficar localizada junto ao muro de vedação de acesso à via pública, por forma a fazer ligação à caixa de ramal de ligação e colector de saneamento. Mais se informa que a rejeição do clarificado deve ser licenciada nos termos da legislação, nomeadamente art. 60.º, 62 da Lei n.º 58/2005 de 29/12.

Águas Pluviais: Qualquer alteração ao local onde desagüem actualmente as águas pluviais, nomeadamente o seu novo trajecto, será da responsabilidade do requerente, na certeza que em condição alguma poderá provocar prejuízos a terceiros." -----

Deliberação – Tendo em consideração a informação técnica de 2009.10.27 acima transcrita, a Câmara Municipal delibera, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, deferir o presente pedido de licenciamento nas condições constantes da referida informação. Esta deliberação foi tomada por seis votos a favor e uma abstenção do Senhor Vereador Eduardo Bragança, que apresentou documento justificativo do seu sentido de voto que fica anexo a esta deliberação.-----

Carla Pereira

José B. Bragança
Eduardo Bragança

Shirley

B. A. 2

DECLARAÇÃO DE VOTO

Abstenho-me.

Uma vez que foram delegadas competências da Câmara no Presidente, na última reunião do passado dia 10.11.2009, não me parece que estes processos de licenciamento devam vir a reunião da Câmara.

Se o Presidente tem poderes delegados que abrangem os referidos pedidos de licenciamento, deve ser o Presidente a deliberar sobre os mesmos.

Paços do Concelho, 18 de Novembro de 2009.

O Vereador,

Eduardo Bragança
(Eduardo Bragança)

Conferência